

24 de março de 2017

Principais Agregados das Administrações Públicas
2016 – Dados provisórios

Principais Agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas (AP), relativos à estimativa provisória anual de 2016 e enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010¹.

De acordo com esta estimativa provisória, o setor das AP apresentou, em 2016, uma necessidade líquida de financiamento de 3 807 milhões de euros, correspondente a 2,1% do PIB.

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010). Complementarmente são seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas².

Os dados apresentados são consistentes com a primeira notificação de 2017 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro 1 apresenta os valores provisórios dos principais agregados das AP para o ano de 2016, discriminados por subsetor:

QUADRO 1 - PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS

ANO: 2016

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas S13	Administração Central S1311	Administração Regional e Local S1313	Fundos de Segurança Social S1314
TE	Total de despesas das Administrações Públicas	83 421	62 611	10 663	23 226
TR	Total de receitas das Administrações Públicas	79 613	56 523	11 369	24 801
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em contas nacionais)	-3 807	-6 088	706	1 575

Nota:
Para o total das despesas (TE) e total das receitas (TR) a soma dos subsetores não é igual ao valor do total do setor, por efeitos de consolidação de algumas operações.

¹ Regulamento (UE) n.º 549/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2003, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

² Este documento está disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-14-010>

O setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 3 807 milhões de euros em 2016, o que corresponde a 2,1% do PIB. Esta necessidade de financiamento teve origem no subsetor da Administração Central, uma vez que os subsetores da Administração Regional e Local e dos Fundos de Segurança Social apresentaram capacidade líquida de financiamento.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das Administrações Públicas para os anos de 2015 e 2016:

QUADRO 2 - RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2015	2016
OTR	RECEITA TOTAL	78 913	79 613
	RECEITA CORRENTE	77 607	78 672
	da qual		
D2	Impostos sobre a produção e a importação	26 234	27 258
D61	Contribuições sociais	20 775	21 595
D5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	19 438	19 073
D9	RECEITA DE CAPITAL	1 306	942

A receita total das AP aumentou 0,9% (cerca de 700 milhões de euros) em 2016 face ao valor de 2015, em resultado do efeito conjugado da melhoria da receita corrente e da redução da receita de capital.

A receita corrente registou um aumento de 1,4% em 2016 refletindo a evolução da atividade económica e do emprego e também a implementação do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado que totalizou 588 milhões de euros, tanto em pagamentos voluntários como em cobrança coerciva. A receita com os impostos sobre a produção e a importação e com contribuições sociais aumentaram, em ambos os casos, 3,9%, enquanto a receita com impostos correntes sobre o rendimento e património diminuíram 1,9%.

A diminuição acentuada na receita de capital (em 27,9%, correspondendo a uma diferença de 364 milhões de euros) deve-se sobretudo a uma redução significativa nos montantes recebidos através dos fundos da União Europeia, impacto que foi, no entanto, atenuado pela devolução pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira das *prepaid margins* retidas aquando do desembolso do empréstimo ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira³.

Estas variações implicaram que as receitas correntes passassem a representar 98,8% do total das receitas, aumentando o seu peso em 0,5 pontos percentuais (p.p.) face ao ano anterior. A contribuição percentual dos impostos sobre a produção e a importação aumentou em 1 p.p. (de 33,2% para 34,2%), tendo a das contribuições sociais aumentado em 1,2 p.p. (de 26,3% para 27,1%). O peso relativo das receitas de capital diminuiu de 1,7% para 1,2%.

³ Os dois empréstimos atribuídos pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira recebidos ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira incluíam margens que tinham de ser pagas antecipadamente (*prepaid margins*). Estas margens são devolvidas às AP na maturidade dos empréstimos, o que num dos casos ocorreu em 2016.

O quadro 3 apresenta as principais componentes da despesa das AP para os anos de 2015 e 2016:

QUADRO 3 - DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2015	2016
OTE	DESPESA TOTAL	86 739	83 421
	DESPESA CORRENTE	79 038	79 695
	da qual		
D1	Remunerações dos empregados	20 273	20 847
D62	Prestações sociais, exceto prestações sociais em espécie	31 321	31 715
D41	Juros	8 191	7 836
D9+P5+NP	DESPESA DE CAPITAL	7 701	3 726

A despesa total das AP registou uma diminuição de 3,8% entre 2015 e 2016. Para esta diminuição contribuiu principalmente a redução de 51,6% da despesa de capital, tendo a despesa corrente apresentado uma variação positiva de 0,8% em 2016, face a 2015.

Note-se que a despesa de capital em 2015 inclui o impacto da operação extraordinária de resolução do Banif – Banco Internacional do Funchal em cerca de 2,5 mil milhões de euros. Não considerando este montante no total da despesa de capital de 2015, a variação em 2016 apresenta, ainda assim, uma redução muito significativa (de 28,4%), que tem como principal contributo a diminuição em 28,9% da formação bruta de capital fixo. Esta redução está em parte associada à evolução das receitas de fundos da União Europeia.

Relativamente à despesa corrente, é de salientar a diminuição de 4,3% nos encargos com juros, e o aumento das despesas com remunerações (em 2,8%) e das prestações sociais, exceto prestações sociais em espécie (em 1,3%), aumentos associados ao processo de reposição salarial dos funcionários públicos, iniciado em 2016.

Estas variações levaram a um aumento do peso da despesa corrente no total da despesa das AP, de 91,1%, em 2015, para 95,5%, em 2016, tendo o peso das prestações sociais, exceto prestações sociais em espécie aumentado em 1,9 p.p. (de 36,1% para 38%) e o das remunerações em 1,6 p.p. (de 23,4% para 25%). Os encargos com juros mantiveram a sua contribuição percentual de 9,4%, tendo o peso relativo da despesa de capital diminuído de 8,9% para 4,5%.

O quadro 4 apresenta os saldos das AP para os anos de 2015 e 2016:

QUADRO 4 - SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2015	2016
B9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)	-7 826	-3 807
	Saldo Corrente	-1 431	-1 023
B9 - D41	Saldo Primário	365	4 029

A necessidade líquida de financiamento do setor das AP diminuiu 4 019 milhões de euros entre 2015 e 2016, fixando-se em 3 807 milhões de euros em 2016 (2,1% do PIB, face a 4,4% do PIB em 2015), pelo efeito conjugado da redução da despesa total (em 3,8%) e do aumento da receita total (em 0,9%).

No que diz respeito ao saldo primário, correspondente ao saldo global líquido do pagamento de juros, verificou-se em 2016 uma melhoria de 3 663 milhões de euros face ao ano anterior, registando-se um saldo positivo de 4 029 milhões de euros.

Revisões

Comparativamente com a notificação anterior, os valores de 2015 sofreram alterações decorrentes da incorporação de nova informação, observando-se revisões em baixa da despesa e da receita totais. Contudo, a revisão da necessidade de financiamento foi residual (menor em cerca de 5 milhões de euros), mantendo-se em 4,4% do PIB.